

## IMPORTÂNCIA DOS RIOS EM CIDADES AMAZÔNICAS: UM ESTUDO DE CASO EM BOA VISTA – RORAIMA, BRASIL

Importance of rivers in amazonian cities: a case study in Boa Vista - Roraima, Brazil

Importancia de los ríos en las ciudades amazonicas: un estudio de caso en Boa Vista - Roraima, Brasil

Jefferson Eduardo da Silva Morales  
Universidade Federal de Roraima  
[arq.jeffmorales@gmail.com](mailto:arq.jeffmorales@gmail.com)

Georgia Patricia da Silva Ferko  
Universidade Federal de Roraima  
[georgia.ferko@ufr.br](mailto:georgia.ferko@ufr.br)

### Resumo

O Rio Branco está no cotidiano dos habitantes das principais cidades do estado de Roraima, entre elas, a capital Boa Vista, que se originou a partir desse rio. As cidades ribeirinhas representam o início da ocupação urbana amazônica devido a relação direta com a água, assim como, modo de sobrevivência e vida. Objetivou-se compreender a importância do Rio Branco para o desenvolvimento histórico, econômico, social e espacial de Boa Vista. A pesquisa é qualitativa-exploratória, cuja coleta de dados permeou no levantamento documental, bibliográfico e a realização de entrevistas semiestruturadas com descendentes das famílias tradicionais de Boa Vista. Apreendeu-se, na pesquisa, a importância do Rio Branco nos diversos aspectos presentes no cotidiano da população, desde a gênese da ocupação portuguesa. Percebeu-se, também, que o rio é visto outrora como elemento importante para o consumo, transporte, fluxo de pessoas e materiais, assim como para a sociabilidade e práticas culturais. Entretanto, com o passar dos anos a dependência com o rio foi se desfazendo pela onda modernização e ordenamento territorial a qual gerou novas formas de utilização e contemplação deste Rio.

**Palavras-chaves:** Cidades Ribeirinhas, Rio Branco; Transporte; Sociabilidade.

### Abstract

Rio Branco is part of the daily lives of the inhabitants of the main cities in the state of Roraima, including the capital Boa Vista, which originated from that river. The riverside cities represent the beginning of the urban occupation of the Amazon due to the direct relationship with water, as well as the way of survival and life. The objective was to understand the importance of Rio Branco for the historical, economic, social and spatial development of Boa Vista. The research is qualitative-exploratory, whose data collection permeated the documentary, bibliographic survey and the performance of semi-structured interviews with descendants of the traditional families of Boa Vista. In the research, the

importance of the Rio Branco was apprehended in the various aspects present in the daily life of the population, since the genesis of the Portuguese occupation. It was also noticed that the river was once seen as an important element for consumption, transportation, flow of people and materials, as well as for sociability and cultural practices. However, over the years the dependence on the river has been undone by the wave of modernization and territorial ordering which has generated new ways of using and contemplating this River.

**Keywords:** Riverside Cities, Rio Branco; Transport; Sociability.

### **Resumen**

Rio Branco es parte de la vida cotidiana de los habitantes de las principales ciudades del estado de Roraima, incluida la capital Boa Vista, que se originó en ese río. Las ciudades ribereñas representan el comienzo de la ocupación urbana del Amazonas debido a la relación directa con el agua, así como a la forma de supervivencia y vida. El objetivo era comprender la importancia de Rio Branco para el desarrollo histórico, económico, social y espacial de Boa Vista. La investigación es cualitativa-exploratoria, cuya recopilación de datos impregnó el documental, la encuesta bibliográfica y la realización de entrevistas semiestructuradas con descendientes de las familias tradicionales de Boa Vista. En la investigación, se apreció la importancia del río Branco en los diversos aspectos presentes en la vida cotidiana de la población, desde la génesis de la ocupación portuguesa. También se observó que el río alguna vez fue visto como un elemento importante para el consumo, el transporte, el flujo de personas y materiales, así como para la sociabilidad y las prácticas culturales. Sin embargo, a lo largo de los años, la ola de modernización y ordenamiento territorial ha deshecho la dependencia del río, lo que ha generado nuevas formas de usar y contemplar este río.

**Palabras clave:** Ciudades Ribereñas, Rio Branco; Transporte; Sociabilidad.

### **Introdução**

O rio é um recurso natural cuja importância é evidenciada na manutenção da vida humana, animal e vegetal. Entretanto, a utilização dele vem sendo modificada de acordo com as necessidades da sociedade, assim como, com os impactos produzidos principalmente pela revolução industrial que contamina os corpos hídricos do planeta.

De acordo com Becker (1990) as cidades amazônicas tiveram a origem da sua formação a partir da conectividade do homem com o rio, possibilitando os assentamentos humanos para as atividades do cotidiano como caçar, lazer e sociabilidade. Nesse sentido, as primeiras impressões humanas foram a partir dos rios, assim como, as ações e vivências eram em função da utilidade do rio.

Nesse contexto, na Amazônia muitas cidades ribeirinhas ainda são caracterizadas pela relação direta com a água, seja pelo deslocamento de pessoas, mantimentos e

materiais de trabalho, seja pela conexão com o restante da região, evidenciando-se a relação homem-rio como modo de sobrevivência e vida.

Boa Vista, capital do Estado de Roraima, desenvolveu-se a partir do Rio Branco, suprindo as necessidades de sobrevivência dos ribeirinhos instalados às margens do rio. Portanto, a gênese do assentamento marcou impressões dos pioneiros na ocupação da região, principalmente pelos elementos construídos que cunharam o processo histórico da cidade do passado para o contexto atual.

A cidade de Boa Vista, vem acompanhado um processo de integração com o resto de país, na qual a circulação fluvial perdeu consistência para novos modais tais como o uso das rodovias e o aeroporto. Nesse sentido, a pesquisa objetiva compreender a importância do Rio Branco para o desenvolvimento histórico, econômico, social e espacial de Boa Vista.

A pesquisa é fruto da produção da dissertação de mestrado em Recursos Naturais do PRONAT/UFRR e visa contribuir com a discussão sobre dinâmicas espaciais em cidades amazônicas. A relevância do trabalho consiste em trazer a discussão no que diz respeito às mudanças decorrentes do ordenamento territorial considerando “vozes” que vivenciam (aram) o rio e acompanharam as modificações realizadas e quais as implicações disso.

### **Cidades ribeirinhas: a importância dos rios na formação histórica, econômica e socioespacial das cidades amazônicas**

Ferrari (2004) conceitua rio como um curso d'água natural, mais ou menos caudaloso, que deságua em outro rio, no mar ou em lago, quanto a cidade, é um espaço delimitado e contínuo, ocupado de forma permanente por um aglomerado humano denso e considerável em aspectos quantitativos, cuja evolução e estrutura são determinadas pelo meio físico, desenvolvimento tecnológico e modo de produção existente e cuja população possui *status* urbano.

Na concepção de Coy (2013), a relação cidade-rio foi essencial para o desenvolvimento urbano e suas utilizações que estão relacionadas, em especial, com a disponibilidade da água como bem primordial à manutenção da vida humana. Portanto, tais interações dos assentamentos com os corpos hídricos não são estáveis, pois são dependentes de fatores, tais como: das mudanças econômicas; das formas de comunicação e de transporte; do direcionamento dos processos de expansão urbana; das políticas e do

planejamento urbano; e, do comportamento dos habitantes. A exemplo de núcleos urbanos da Antiguidade, civilizações começaram a ser desenvolvidas a partir dos cursos d'água para abastecimento de alimentação, água potável e economia.

No Oriente, destacam-se duas civilizações antigas acerca do desenvolvimento a partir da margem do rio: o Egito e a Mesopotâmia. O Egito tem como predominância, na paisagem, o deserto e o Nilo, sendo que o corpo hídrico foi o principal ator para o desenvolvimento da agricultura, o que forçou a sociedade egípcia a desenvolver-se quanto a tecnologia de irrigação e o manejo das cheias-vazantes para transporte dos ricos sedimentos do rio para o solo e a viabilidade da plantação. Dessa forma, a dinâmica fluvial, a potencialização da agricultura e a necessidade humana básica fizeram com que os assentamentos humanos se desenvolvessem a partir do rio (TUAN, 1980).

Na Mesopotâmia, os regimes fluviais são diferentes do Egito, uma vez que o clima árido é de menor intensidade e os rios Tigre e Eufrates têm cheias a partir do derretimento de neve das montanhas, causando inundações, entre outros eventos trágicos. As cidades-estados da Suméria (a baixa Mesopotâmia), há três mil anos antes de Cristo, tiveram caráter essencialmente urbano, uma vez que 12 assentamentos foram desenvolvidos no decorrer dos rios predominantes na região (TUAN, 1980).

Na Idade Média, período em que a maioria das cidades europeias foram fundadas, o rio era componente central da paisagem. Coy (2013) retrata Paris e sua relação com o desenvolvimento ao longo do Rio Sena, pois cada lado da margem do rio representava os significados das sociedades.

O poder profano e eclesiástico localizava-se na *Cité*, na ilha do rio *Seine*, as instituições acadêmicas que predominavam na margem esquerda do rio (o atual *Quartier Latin*) que, conseqüentemente, era chamado de *Université*, e a cidade “burguesa” dos comerciantes, dos artesões, etc. expandia principalmente na margem direita do rio que era denominado de *Ville*. De certa maneira, encontra-se traços desta subdivisão histórica ainda no Paris dos dias atuais. A ligação entre estas partes da cidade era garantida pelas pontes, via de regra construídas com casas de comércio e moradia (COY, 2013, p. 2).

Nesse período, dentro da cena urbana parisiense, o rio ainda era invisível, submerso entre as edificações medievais altamente adensadas. Segundo Coy (2013), o plano urbanístico de Eugène Haussmann modificou a paisagem urbana trazendo melhorias sanitárias e embelezamento da cidade. Dessa forma, a partir do século XIX, o rio foi revalorizado com construções de palácios e outras edificações representativas (COY, 2013).

De acordo com as concepções de Coy (2013), na Idade Industrial o uso da água e a relação com as cidades industriais cresceram consideravelmente. A nova realidade permitiu que as indústrias fossem implantadas próximas aos corpos hídricos, permitindo grande concentração de empreendimentos à beira-rio devido os portos fluviais não atenderem a demanda para docas maiores; em virtude disso, tiveram que sofisticar a infraestrutura para atender à necessidade industrial.

Sendo assim, os rios influenciaram no transporte, principalmente de comunicação dentro e fora da cidade, e, a fim de desenvolver o espaço urbano das vias à beira-rio, tornaram-se corredores de alta densidade de trânsito e formaram barreiras que dificultaram a passagem de pessoas para as margens do rio, piorando a qualidade ambiental. Portanto, outras formas foram realizadas para ampliar a cidade mediante os projetos de expansão da malha urbana (COY, 2013).

Pensando na Amazônia, Nunes e Trindade Junior (2012) apontam que os corpos hídricos (igarapés, baías e rios) possuem importância histórica para a gênese do povoamento na região, tendo como base a extração e circulação de produtos e mercadorias produzidos e consumidos na região.

A origem do povoamento amazônico está atrelada ao da América do Sul, havendo evidências da ocupação nos fins do período Pleistoceno e início do Holoceno, sendo possíveis antepassados dos povos indígenas conhecidos durante a posse europeia na região. A compreensão da ocupação humana em terras sul-americanas entende que os rios dos vales foram rotas para acesso ao interior do continente (BUENOS; DIAS, 2015).

Na Amazônia, foi evidenciado que, entre onze a oito mil anos *ap*<sup>1</sup>, houve processos de povoamento na região, sendo que, no norte do Planalto das Guianas, Venezuela e Colômbia, iniciaram com a rota de colonização, pelo acesso brasileiro feito através da margem esquerda do rio Amazonas e pelo corredor seco no baixo Amazonas (BUENOS; DIAS, 2015).

Diante disso, na Amazônia, antes dos europeus, havia povos vivendo ao longo dos rios, com formação de sociedades com suas culturas, economia e modos de viver. Os cronistas das expedições espanholas e portuguesas, no curso dos corpos hídricos amazônicos e de seus afluentes – entre os séculos XVI e XVII –, que retrataram a

---

<sup>1</sup> A sigla *ap* (Antes do presente) é uma marcação temporal utilizada pela Geoarqueologia como ano referência de 1950 devido aos testes atômicos realizados na Segunda Guerra Mundial que desequilibraram a concentração química dos isótopos da atmosfera.

abundância de mantimentos e densas populações que ocupavam os espaços, em torno de três a cinco milhões de pessoas (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005).

Assim, as cidades amazônicas com influência europeia têm como marco a posse de D. José, Rei de Portugal, em 31 de julho de 1750, substituindo o seu pai, D. João V, bem como de Sebastião José de Carvalho Mello, Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal, com os tratos diplomáticos com a Espanha pelo Tratado de Madrid a fim de instalar o plano de estruturação da Amazônia Colonial Portuguesa (COSTA, 2016).

Costa (2014) explicita, ainda, que, para o Marquês de Pombal, o plano urbanístico nas cidades amazônicas era primordial para a integração da região com a Coroa Portuguesa, aplicando as feições lusas com o objetivo de torná-las lucrativas e subordinadas a Portugal. Portanto, com a reorganização do desenho das ocupações, os nomes indígenas dos fortes portugueses instalados na Amazônia foram modificados por nomes de santos no período das missões eclesiásticas, e posteriormente, por nomes lusitanos na Era Pombalina (Quadro 1).

**Quadro 1** – Lista da origem dos nomes das cidades Amazônicas.

<b>Origens dos nomes de cidades Amazônicas</b>		
<b>Nome Indígena</b>	<b>Nome Santo</b>	<b>Nome Português</b>
Aldeia dos Tupinambás	Santa Maria de Belém do Grão Pará	Belém
Paru	-----	Almeirim
Gurupatuba	São Francisco de Assis	Monte Alegre
Tupaius ou Tapajós	Fortaleza do Tapajós	Santarém
Arabés – Surubiú	-----	Alenquer
Pauxis	Forte de Santo Antônio dos Pauxis	Óbidos
Manaós	Forte de São José da Barra	Manaus
-----	Forte São Joaquim do Rio Branco	Boa Vista

Fonte: Costa (2015).

Na Era Pombalina, o domínio português não era entendido apenas como assegurar o território e controlar militarmente, mas era necessário atribuir caráter e formas lusitanas nas vilas que foram fundadas. Por isso, as mudanças na nomenclatura santa dos fortes, atribuídas pelas missões religiosas, para topônimos portugueses como o Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém.

Neste sentido, com as intervenções urbanas do Marquês de Pombal, as vilas espontâneas modificaram as paisagens nos traçados urbanos, com a definição de ruas e praças, na construção de prédios públicos para a administração, as Igrejas, a Câmara e a

Cadeia, nas residências e nos comércios particulares, os quais foram os que mais expressaram a cultura portuguesa na arquitetura (COSTA, 2014).

Com a inserção das características portuguesas nas cidades amazônicas, a cultura lusitana foi imposta em toda região. Destaca-se, então, que as influências pombalinas são as mesmas, uma vez que cada uma das vilas iniciou seu urbanismo a partir de um rio, com elevações de, no máximo, 300 metros de altitude e diversificada bacia hidrográfica, com períodos de vazantes e enchentes anualmente (MACHADO, 1990; COSTA, 2014).

A intervenção portuguesa foi a gênese para a compreensão urbana nas cidades amazônicas, pois marca a imposição europeia em território indígena modificando os nomes, a cultura e, principalmente, o espaço. Porém, o rio ainda é o principal elemento viabilizador para o crescimento dos assentamentos humanos, apenas adaptando-se a uma nova realidade inserida nas cidades.

De acordo com Trindade Junior et al. (2011), o ambiente urbano no contexto amazônico é baseado em diversidade regional e referências da pluralidade urbana das realidades; a partir da década de 1960, a expansão do urbano das cidades ribeirinhas deveu-se ao avanço tecnológico e industrial na região. Dessa forma, Becker (1990) e Trindade Junior et al. (2011) discriminam os diferentes tipos de urbanização na Amazônia:

*urbanização espontânea*: decorrente de ações de incentivo, especialmente do Estado, à apropriação privada da terra por empresas; *urbanização dirigida pela colonização particular*: direcionada por companhias colonizadoras privadas; *urbanização dirigida pela colonização oficial*: pautado no modelo de urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); *urbanização dos grandes projetos*: difundida por grandes projetos econômicos e de infraestrutura públicos e privados; *urbanização tradicional*: relacionada a cidades com poucas mudanças em sua configuração, muito ligadas ao padrão tradicional, à beira-rio, e com pouca repercussão da expansão das frentes econômicas (TRINDADE JUNIOR et al., 2011, p. 118).

Embora tenha havido mudanças, nas cidades amazônicas se nota a característica ribeirinha devido à importância para as relações culturais, econômicas e sociais que se desenvolveram a partir do uso do rio como meio de transporte, fonte de produtos para comercialização e valor cênico na composição da paisagem.

Cidades ribeirinhas como aquelas que apresentam uma forte ligação não apenas material, mas também simbólica com os rios. Portanto, não se definem simplesmente por estarem localizadas às margens deste, mas principalmente por estabelecerem relações que apresentam um conteúdo sociogeográfico tributário das águas, fortemente ligado à dinâmica da natureza e a uma temporalidade cadenciada, que são traduzidas no seu modo de vida, na sua paisagem e nas suas inter-relações, de caráter: funcional (circulação, uso doméstico, etc.), de subsistência material (recursos), lúdico (uso para entretenimento e lazer) e

simbólico-cultural (fonte de representação e do imaginário social). Tais cidades, ipso facto, contam e estão contidas em um mundo de relações historicamente definidas (NUNES; TRINDADE JUNIOR, 2012, p.213-214).

De acordo com Trindade Junior et al., (2011, p. 119) “localizar-se na margem do rio é um primeiro fator para a identificação das cidades ribeirinhas”. Assim, com a finalidade de identificar uma cidade como ribeirinha é importante – e lógico – que a locação seja a partir de margens aquáticas; contudo, além da espacialidade é preciso salientar a importância do rio para o cotidiano dos moradores, bem como levar em consideração os aspectos culturais cujo corpo hídrico está inserido na vida dos indivíduos dessa comunidade.

Ainda na percepção de Trindade Junior et al. (2011), baseado nos cursos fluviais o processo de crescimento das cidades ribeirinhas tem em suas vias embrionárias os traçados urbanos a partir do rio, o que caracteriza a padronização ribeirinha no espaço cujo traçado estará associado a paisagem. Portanto, “a área central das cidades ilustra bem essa expressividade da paisagem” (TRINDADE JUNIOR et al., 2011, p. 119) e, dessa forma, o rio é a porta de entrada/cartão postal que é dominado pelo setor de comércio e serviços que são formados por igrejas matrizes, praças, mercado municipal, feiras, porto.

Tratam-se de espaços marcados por objetos e formas espaciais ao rio, onde se desenvolvem relações que revelam muito da dinâmica dessas cidades, de solidariedades mais orgânicas, de pontos de encontro, do comércio do peixe, da troca de conversas, da agitação, da cerveja do fim da tarde, da compra e venda de produtos diversos, das narrativas, das tradições, etc. (TRINDADE JUNIOR et al., 2011, p. 119-120).

Consoante Trindade Junior et al. (2011), as cidades ribeirinhas possuem relações socioeconômicas e culturais que são traduzidas a partir da ligação com o rio não apenas por estarem localizadas às margens do rio, mas em função da apresentação do fluxo funcional de bens de consumo (doméstico, alimentício, lazer e sociocultural).

É importante considerar, ainda, a compreensão das cidades ribeirinhas quanto: a) aos recursos naturais como importantes fatores na dinâmica cultural e econômica dos núcleos urbanos para o desenvolvimento de atividades econômicas; b) a expressiva presença da população tradicional e originária do local, assim como, em menor presença, de migrantes que, em conjunto, contribuem para a dinâmica face à expansão urbana; e, c) a configuração da urbanização tradicional, com pouca modificação da beira-rio e grande influência de um centro regional, o que destaca o desenho dendrítico do ordenamento do território (CORRÊA, 1987).



Desta maneira, na busca da compreensão das cidades ribeirinhas e da composição da sua paisagem, Trindade Junior et al. (2011) acreditam que os elementos do entorno devem ser considerados em suas relações com o rio e a cidade, sendo que os autores especificam, para os casos amazônicos, o termo cidades da floresta e de cidades na floresta.

As cidades da floresta são pequenas e que se associam aos corpos hídricos como rota de transporte fluvial e conexão com a dinâmica da natureza, da vida rural e das florestas pouco exploradas, sendo que, até a década de 1960, as cidades da floresta eram comuns nas regiões próximas às vilas, povoados, comunidades ribeirinhas, etc. As cidades da floresta são espaços urbanos que se articulam para atender demandas externas, tornando a floresta como elemento de pouca integração com os novos elementos da cidade e, principalmente, para a exploração econômica dos recursos naturais (TRINDADE JUNIOR, 2011).

Diante disso, as cidades amazônicas são, majoritariamente, ribeirinhas devido o início de todas as ocupações principiarem a partir da margem do rio – espaços esses que originam cidades e povoados são lugares que possuem histórias a partir do rio, sendo comum a todos. Nesses embriões são evidenciados, na atualidade, as heranças dos pioneiros que podem ser preservadas sob a égide da proteção da identidade e da memória para gerações futuras, sendo passíveis de tombamento pelos órgãos responsáveis.

Alude-se como a interação do rio e a cidade são dependentes em relação as funções que as margens do rio atuam ou com potencial de atuação, de tal forma que o rio é inserido no cotidiano da cidade e dos seus habitantes de acordo com as funções dadas. Dessa interação, configuram-se paisagens que mudam com o tempo e com os interesses em que podem ser preservados patrimônios culturais para gerações futuras ou realizadas intervenções no espaço que produzam novas formas da urbanidade desconsiderando o elo afetivo dos moradores descendentes de famílias tradicionais com o lugar.

De acordo com Coy (2013), morar próximo aos rios, por muito tempo, não era considerada uma situação de privilégio, uma vez que se localizavam nesses espaços os artesãos pela proximidade com a água e pela facilidade para o trabalho. A burguesia no século XIX, nas áreas lacustres longe dos grandes portos e indústrias, passou a valorizar e adotar com critérios o espaço e as composições cênicas, o que foi decisivo para a consideração da localização como lugar de moradias. Dessa forma, atualmente, os projetos

*waterfront* visam a revalorização da moradia próxima às margens dos rios para o público de alta renda (COY, 2013).

As retomadas dos interesses pelos núcleos originários urbanos vão além da busca de salvaguardar a memória, sendo que várias são as razões que fizeram com que governos destinassem recursos para a prática de “resgate” dessas áreas. Essas áreas resgatadas possuem potencial para aderir funções de cultura e lazer através de diversas atividades dentro das cidades, bem como por meio de instalações temporárias ou permanentes (MOTTA, 2016).

Neste sentido, Coy (2013, p. 6) retrata que,

[...] diante as transformações socio-econômicas ocorridas nas cidades europeias e considerando as diversas funções que caracterizam a relação entre o rio e a cidade, muitas cidades reconhecem o grande potencial dos rios e das suas margens no âmbito das respectivas políticas de revalorização urbana.

Não se pode negar, entretanto, que houve a emergência da valorização dos núcleos originários urbanos por serem considerados como regiões que agregam bens naturais e culturais de ordem material e imaterial, podendo ser eleitos como patrimônios que representam a memória que se quer guardar e preservar. Porém, esse retorno a esses espaços, de certa forma, forja os reais interesses a partir do propalado discurso da preservação dos costumes e dos modos de vida da sociedade que se quer envolver.

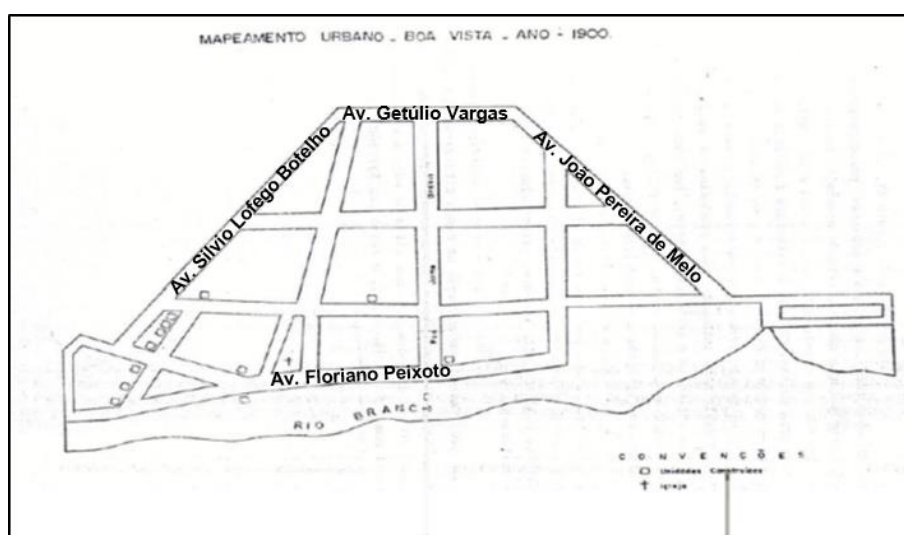
## **Materiais e métodos**

Do ponto de vista da abordagem, este estudo é categorizado como pesquisa qualitativa exploratória, uma vez que “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995, p. 21). Portanto, o objeto proposto nesse trabalho exige atenção na análise da qualidade dos dados levantados, assim como, a exploração em campo para coleta das informações que serão processadas.

O Rio Branco está inserido dentro da Bacia Amazônica e seus afluentes. Com formação nas confluências do Rio Tacutu e do Rio Uraricoera, a partir deste contexto o Rio Branco possui cerca de 565 km de comprimento até a foz do Rio Negro, no

Amazonas. Os principais afluentes do Rio Branco, à margem esquerda, são os rios Quitauaú e Anauá, e, à margem direita, pelo rio Cauamé (CARVALHO; MORAIS, 2014).

Entretanto, esse estudo delimita-se na porção do rio que banha o núcleo originário urbano de Boa Vista, cuja localização está na origem espontânea da capital roraimense, à margem direita do Rio Branco (Figura 1). A denominação Boa Vista tem como origem, nas palavras dos pioneiros que se estabeleceram, a beleza natural da região que é formada pela Bacia do Rio Branco, pelas vegetações ribeirinhas e pelas praias (SILVA, 2007). A área descrita caracteriza a região ribeirinha da cidade de Boa Vista com, aproximadamente, 32 km de extensão, que compreende os vetores limítrofes da área urbana da capital roraimense.



**Figura 1** – Traçado urbano de Boa Vista em 1900.

Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima (2018).

Determinou-se o universo amostral a partir de um conjunto de pessoas que pudesse fornecer dados e informações para a pesquisa, considerando o contexto histórico e a vivência dos indivíduos na área de estudo. Sendo assim, foram selecionados os moradores descendentes de famílias tradicionais que viveram ou vivem, desde a infância até a idade adulta, no entorno da orla do Rio Branco. Entende-se por famílias tradicionais aquelas responsáveis pela fundação da cidade de Boa Vista, assim como, participantes responsáveis pelo desenvolvimento do município seja nos aspectos econômico, cultural e espacial.

O critério de inclusão da pesquisa delimita-se na idade mínima de 70 anos e descendente de famílias tradicionais. Esse recorte temporal justifica-se pelo fato de os

participantes terem acompanhado as mudanças na paisagem do espaço, em especial a partir da implantação do plano urbanístico até o final da segunda década do século XXI.

Adotou-se a abordagem pelo método bola-de-neve (*snow-ball*), na qual, ao final de cada entrevista, era solicitado ao participante a indicação de outra pessoa que, na maioria das vezes, era amigo ou “rival”, mas que era antigo morador ou filho de pais que residiam no núcleo originário urbano de Boa Vista, todos descendentes de famílias tradicionais. Esse protocolo foi seguido até que as indicações se repetissem (BAILEY, 1982). Esse método é validado nas pesquisas qualitativas pela possibilidade de aproximação da realidade vivida, de testemunhas de vida e por possuírem o conhecimento histórico, o que viabiliza expor as críticas e as opiniões sobre as modificações do espaço.

Ao total, foram entrevistadas 8 pessoas, sendo 6 mulheres e 2 homens, sendo que o tamanho da amostra foi definido pela identificação da saturação teórica em pesquisas qualitativas que, segundo Nascimento et al. (2018), acontece quando há grande repetição de dados ou limitação de pessoas. Assim, optou-se pela interrupção da coleta de dados e determinação do tamanho da amostra, já que as falas estavam muito parecidas.

Na etapa de levantamento de dados foram realizados levantamentos bibliográfico e documental. O campo bibliográfico teve como fontes arquivos do meio científico, como publicações de artigos e livros de assuntos referentes ao embasamento teórico.

Na etapa documental foram consultados documentos oficiais advindos de órgãos governamentais tais como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Patrimônio Histórico de Roraima e Ministério Público de Roraima os quais se teve acesso a leis promulgadas, arquivos privados e públicos, alvarás, mapas e arquivos fotográficos. Todos estes dados foram necessários para compreender o processo de evolução da paisagem e das decisões antropogênicas de impacto no espaço analisado.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas para a etapa final da coleta de dados foi elaborado a fim de remeter às lembranças do passado acerca do Rio Branco. Nesse sentido, através da oratória de vivência do espaço, facilita-se a identificação dos principais eventos que influenciaram na importância do rio para a construção socioespacial da cidade de Boa Vista - Roraima.

A pesquisa apresenta características qualitativas na qual após a realização das coletas, os dados foram analisados seguindo o protocolo da técnica análise de conteúdo de Bardin (1977). Entende-se como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das

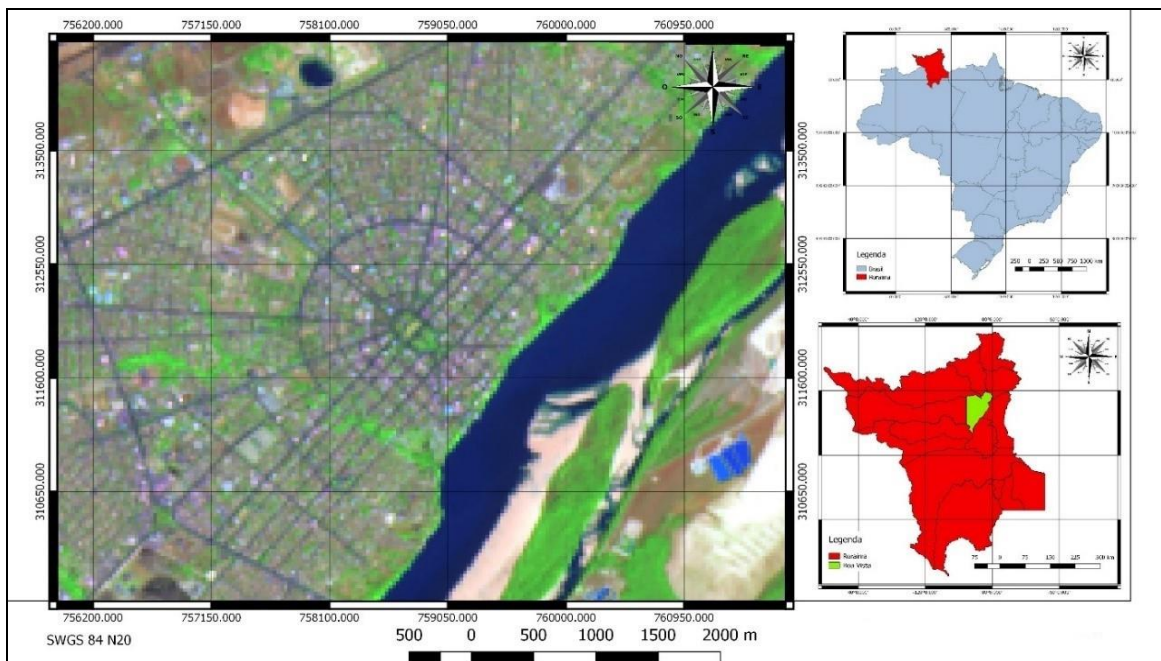
mensagens, indicadores que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Dessa forma, compreende-se que a análise de conteúdo permeia na descrição a partir das características dos dados, a interferência que explicita a mensagem e a interpretação dos significados são apresentados. A análise de conteúdo é caracterizada a partir de 3 (três) procedimentos: Pré-análise; Exploração do material; e, Tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977).

Face a quantidade de dados obtidos pelos documentos, pela bibliografia e pelas fontes primárias (entrevistas), recorreu-se à triangulação de dados para reduzir o risco de que as conclusões do estudo refletissem a limitação do uso de uma única fonte. De acordo com Tuzzo e Braga (2016) a triangulação em pesquisas qualitativas pode ser firmada nelas mesmas afirmando a própria pesquisa como eixo central e ao tripé formado pelo sujeito, objetos e fenômenos.

### **Importância do rio branco para Boa Vista – Roraima**

A capital Boa Vista (Figura 2) está localizada no Estado de Roraima, extremo norte brasileiro (40°45'36"N; 73°59'2.4"W), compreendendo uma área de 5.687 km<sup>2</sup> com 284.313 habitantes, sendo que 97% vivem em área urbana (IBGE, 2010). A ocupação foi iniciada em 1830 com a fundação da fazenda Boa Vista, sendo que, em 1858, foi elevada à freguesia pelas autoridades eclesiásticas oriundas de missões da igreja católica. Contudo, somente em 1890, sob o governo de Augusto Ximeno Villeroy, foi promovida a vila e sede do município de Boa Vista, sendo desmembrada do município amazonense de Moura e tornando-se administrativamente independente (ROSA FILHO, 2018).



**Figura 2** – Planta de situação do município de Boa Vista, Roraima.  
 Fonte: Os autores (2018).

De acordo com Oliveira (2007), Boa Vista teve o desenvolvimento urbano lento em relação às demais capitais brasileiras devido à dificuldade de acesso à cidade, que era exclusivamente feito pelo Rio Branco, pois não existiam estradas e aeroportos. Nessa configuração, a romancista Nenê Macaggi (1976, p. 110) corroborou com a descrição da paisagem urbana de Boa Vista durante a sua chegada a cidade, em 1926:

Boa Vista era um Vilarejo até 1926, pequenina e triste [...] muito espalhada, com poucas casas de alvenaria e inúmeras de taipa, cobertas de palhas de buriti ou inajá. Sem árvores, sem praças, e sem flores. Prédios velhos e feios. Quintais abertos e abandonados, sem uma horta ou jardimzinho. Só um bangalô, à distância, embelezando a paisagem. Nenhum grupo escolar, sendo raras as suas escolas regidas por professores primários. Sem cais, e as margens do rio terríveis para a atracação das embarcações. Ruas estreitas e barrentas e, no centro da cidade, um coreto coberto de palha. Nenhuma indústria. Comércio regular e população igual à população das cidades interioranas: curiosa, maledicente, hospitaleira, alegre e amiga de festas e piqueniques.

Segundo o relato da romancista, compreende-se a paisagem urbana de Boa Vista como modesta e de infraestrutura inadequada para os moradores, com prédios públicos sem toque arquitetônico apazível, bem como urbanismo e paisagismo inexistentes, necessitando de intervenções para melhorias espaciais na futura cidade. Boa Vista é uma cidade ribeirinha por ter seu crescimento a partir do rio, com desenvolvimento econômico e cultural dos habitantes que dependiam do Rio Branco para o transporte, sociabilidade e sustento.

Assim, a relação cidade-rio fica evidente. A interação do rio com a cidade é dependente em virtude das funções que as margens do rio apresentam, ou com potencial de atuação, de tal forma que o rio está inserido no cotidiano da cidade e dos seus habitantes de acordo com as funções dadas (TRINDADE JUNIOR et al., 2011).

Com o tempo, as relações cidade-rio e as suas margens modificaram; como recurso natural, os cursos d'água proporcionaram – e ainda proporcionam – postos de trabalho aos habitantes das cidades, seja no setor portuário, no abastecimento e no controle de insumos, seja no setor de transportes, usinas, abatedouros, entre outras fontes econômicas. Estas relações configuram-se como memória coletiva e como marcos na paisagem, sendo, em muitas cidades ribeirinhas, facilmente localizadas (COY, 2013).

É de senso comum que a água é importante em proporções vitais na manutenção e preservação da vida terrestre animal, vegetal e humana. Assim como qualquer recurso natural, a humanidade apropriou-se dos corpos hídricos para auxiliar em outras atividades de sobrevivência e desenvolvimento, como transporte de pessoas e suprimentos, geradora de energia, promoção de lazer e gênese de agrupamentos humanos. Diante dos usos universais da água, foi perguntado aos entrevistados se consideravam o Rio Branco importante e o porquê.

Sendo assim, o Rio Branco foi ressaltado, inicialmente, como o estandarte descobridor do Vale do Rio Branco, principalmente a partir das expedições de Pedro Teixeira pelo Rio Negro durante o século XVI.

“O Rio Branco que é um afluente do Rio Negro deveria ser também ele foi descoberto 1639 por Pedro Teixeira e quando ele vinha navegando o Rio Amazonas é o Rio Negro. As águas escuras aí quando ele deu com um rio de águas brancas, águas claras, né? Aí ele fica se cantou e aí botou o apelido de Rio Branco, muito valioso o estado que tem muita gente com medo agora destacável” (ENTREVISTADO 7).

“Claro, parece que Pedro Teixeira descobriu o Rio Branco. Viu as águas e colocou o nome de Rio Branco. É importante pela água. A água é o principal elemento para vida, sem água ninguém vive” (ENTREVISTADO 8).

A expedição de Pedro Teixeira, em 1639, resultou na descoberta do Rio Branco. Desta forma, foi durante a exploração do Rio Amazonas-Rio Negro que a tripulação avistou uma foz de águas claras e ficou interessada em adentrar. Estas são informações obtidas pelos registros do cronista Cristobal Acuña acerca do possível descobrimento do Vale do Rio Branco (BARBOSA; FERREIRA; CASTELLÓN, 1997).

Destaca-se que para o descobrimento do Vale do Rio Branco, mesmo que despreziosamente como aconteceu na maior parte da Amazônia, o rio possui importância para que tal evento ocorresse. Portanto, o destaque histórico do Rio Branco como primeiro acesso ao Estado de Roraima ficou registrado na memória dos participantes da pesquisa, conforme relatos que seguem:

“O nosso Rio Branco é um rio super majestoso, tranquilo, sem profundidade para ter medo, lindo no inverno ou no verão, as duas estações” (ENTREVISTADO 1).

“Nossa cidade, Boa Vista, está localizada exatamente onde o Branco passa, mas quem é que é formador do Branco? Quando é que ele realmente se torna Rio Branco? Quando as águas do Rio Itacutu e do Rio Uraricoera se unem numa comunidade chamada São Marcos, naquela bifurcação, ele toma o nome de Rio Branco” (ENTREVISTADO 2).

“Rio Branco é vida para nossa cidade. Ele é formado bem aqui, há pouquíssimos quilômetros de Boa Vista, com a junção do caudaloso Rio Uraricoera e do Rio Itacutu, também chamado de Tacutu” (ENTREVISTADO 7).

Nas falas registram-se as características físicas e simbólicas do rio, destacando-se a extensão e amplitude que valorizam a paisagem, mesmo durante a estiagem. É possível observar, ainda, a compreensão da formação do Rio Branco pelos seus afluentes principais (Tacutu e Uraricoera) devido à proximidade das confluências com a massa urbana de Boa Vista.

De acordo com Cavalcanti (1946), a ocupação da região do Vale do Rio Branco foi iniciada em 1775, com a implantação do Forte de São Joaquim do Rio Branco, que fica no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, os quais se juntam para formar o Rio Branco. O ponto era estratégico porque o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao Amazonas (COSTA, 2016). O local ideal para a construção seria, então, entre os dois rios, mas o sítio físico sofria inundações e não oferecia condições seguras para uma construção duradoura.

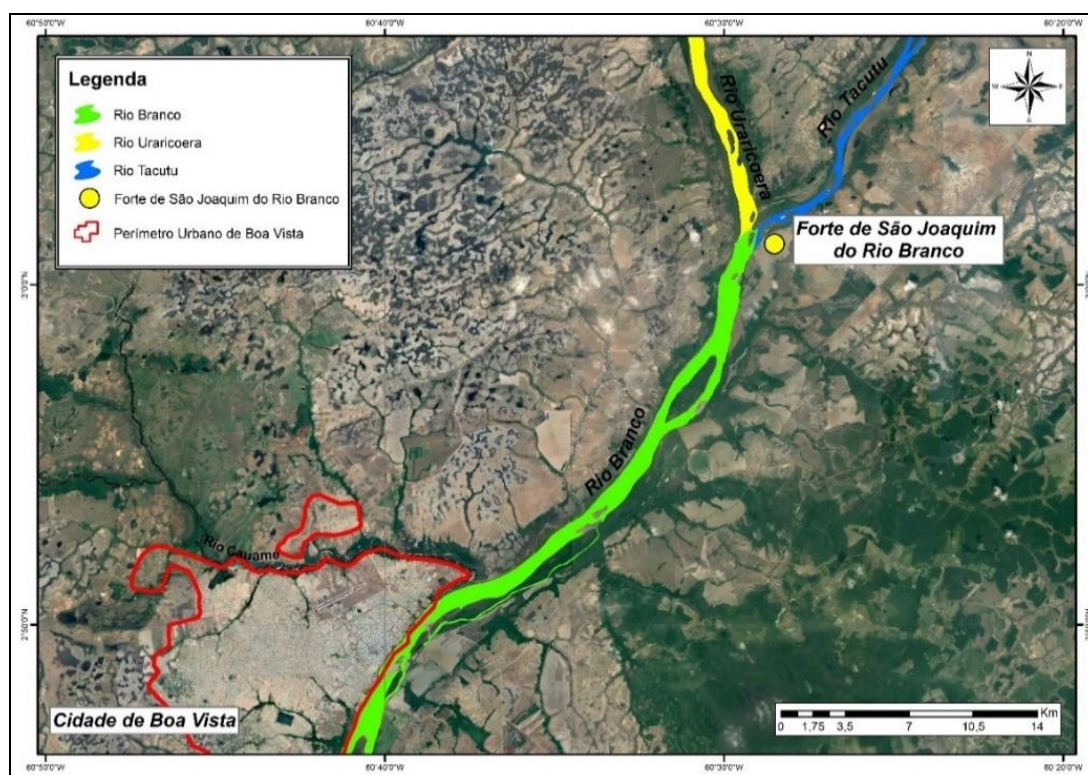
As confluências do Rio Tacutu e Uraricoera são importantes para a compreensão da motivação para os primeiros assentamentos humanos com a instalação do Forte de São Joaquim, o que possibilitou o desenvolvimento do núcleo originário urbano de Boa Vista (Figura 3).

Portanto, o rio proporcionou idas e vindas para a ocupação do vale, assim como a promoção da economia local. A água, desta maneira, pode ser relacionada como elemento



primordial para a cidade de Boa Vista dentro dos usos e das reutilizações impostas para atender as necessidades da sociedade de acordo com o recorte temporal pertencente.

O Rio Branco foi fundamental, também, nos primórdios da Fazenda de Boa Vista, cuja funcionalidade era de única e importante via de acesso para o abastecimento das cidades no decorrer do Vale do Rio Branco, o que só era possível no período do inverno quando o volume de água era satisfatório para o tráfego de embarcações de grande porte.



**Figura 3** – Formação do Rio Branco a partir do encontro das águas dos rios Uraricoerae Tacutu.

Fonte: Os autores, 2019.

Nascimento et al. (2018) comentam que o Rio Branco era facilmente navegável nas temporadas de chuva, compreendidas entre maio e setembro, até o Porto de Caracará, portanto, na vazante apenas pequenas embarcações conseguiam acessar (Figura 4). A porção que compreende Caracará-Boa Vista, mesmo nas cheias, é difícil para a navegação e, em virtude disso, Sander, Gasparetto e Santos (2015) delimitam o período hidrológico do Rio Branco como: de cheia entre os meses de abril a setembro e de vazante entre outubro a março.



**Figura 4** – Antigo Porto Fluvial com embarcações atracadas no períodos das chuvas.

Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima, s/d.

Não havia, desta forma, outra alternativa desde o início da ocupação portuguesa na região, ou seja, por séculos a população dependia exclusivamente do rio para beber, alimentar os animais, movimentar a economia e transportar pessoas. De acordo com Guerra (1957), o Território do Rio Branco tinha vários problemas de isolamento, principalmente das áreas rurais que viviam como ilhas por conta do inverno das enchentes. A cidade de Boa Vista encontrava-se, então, refém das chuvas, uma vez que, no verão, a cidade não era abastecida pela navegabilidade limitada nas vazantes, complicando a ligação entre Manaus e Boa Vista.

“Durante séculos foi a estrada fluvial, foi quem trouxe o desenvolvimento” (ENTREVISTADO 1).

“Toda comunidade quando procura um local para se estabelecer, ela procura um lago, um igarapé, porque a água é vida. Os habitantes eram os Paravilhanas. No município de Boa Vista, estavam à margem de um rio quando os nossos colonizadores chegaram, uma cobiça total, né, estava buscando o Eldorado. Os Holandeses também, até chegar os Portugueses e com eles vieram os nossos comandantes [...]. Era o único meio de se adentrar no Estado do Rio Branco, depois passou a ser Roraima, porque ele vai desaguar lá no Estado do Amazonas [...] A nossa estrada era o Rio Branco e isso até Caracaráí. Na época do inverno é que conseguiam subir até o porto da intendência até a época que começou de avião que era o avião da FAB-Força Aérea Brasileira” (ENTREVISTADO 2).

“É importantíssimo! Foi o caminho que teve para todo mundo vir para cá, todos os pioneiros que vieram chegaram por aqui pelo Rio Branco. Era o único caminho que tinha de Manaus e de qualquer parte que você viesse, do Nordeste, aquela época não tinha avião e nem estrada para cá” (ENTREVISTADO 3).

“Mas é importante, ele foi a única estrada que tinha aqui que ligava Roraima ao resto do Brasil, era o Rio Branco, né? Porque você não vinha aqui de carro e

ainda tinha aí, tem foto aí, Governador Constantino Nery, do Amazonas, ele veio visitar Roraima, visitar o Forte de São Joaquim e eles passando a pé na cachoeira do Bem Querer” (ENTREVISTADO 6).

“Não tinha estrada para Manaus, nem para Caracaraí, Mucajaí, pra canto nenhum. Aqui era uma ilha, só vinha por água e, a partir de 1945, avião. Se não sáísse por avião deveria sair por água. E só no inverno, porque no verão não passava, porque até certo ponto o barco não conseguia passar” (ENTREVISTADO 8).

A importância do Rio Branco, nas falas dos entrevistados, foi evidenciada pela representação histórica que esse recurso hídrico teve para o desenvolvimento da capital de Roraima e, em especial, por ser a única rota de acesso de Boa Vista para o resto do país. Por ser intrafegável na época do verão devido ao volume de água não ser o suficiente para o transporte fluvial, todo o abastecimento da capital e das demais cidades era realizado no inverno, o que aumentava o fluxo de pessoas com a utilização do Porto do Cimento como interseção entre o rio e a cidade.

O porto possuiu um papel fundamental para o desenvolvimento de Boa Vista, sendo que é possível delimitar, inicialmente, a importância do espaço dentro do recorte temporal, em 1830.

“Aonde foi que eles aportaram? Onde está localizado o início da orla Taumanan (Porto do Cimento). Este porto era o porto vivo. Aqui neste porto aportou o nosso fundador do município de Boa Vista, capitão Inácio Lopes de Magalhães, chegou à igreja (as mães e padres beneditinos) onde ficaram hospedados na residência de Bento Ferreira Marques Brasil, quando o Hamilton Rice fez a primeira fotografia aérea em 1924. A importância desse porto para nós é imensa, e o porto mais próximo era em Caracaraí” (ENTREVISTADO 2).

“Tudo! Nosso vinha de Manaus em caixas de madeira e descarregado no Porto do Cimento, comecinho da cidade. Ali chegou o primeiro bispo, o primeiro governador, tinha ao lado da Intendência” (ENTREVISTADO 5).

“Foi ali que, por ali, por aquele porto, chegaram todas as autoridades daqui. Por aquele porto chegou o primeiro governador; foi naquele porto, quando Inácio Lopes de Magalhães saiu procurando um lugar para fazer a fazenda dele, ele ia sentir você não tiver entradinha assim, e ele encostou a embarcação dele ali, mas porque Boa Vista? Inácio de Magalhães quando ele chegou, ele disse assim: - Mas que boa vista tem isso aqui, né? Não deixa de ter sido ele, achou que a vista daí era muito boa e fez a fazenda dele, e que se você tem essa foto, para mim uma das partes mais importantes, é uma das mais importantes. Então, por aqui subiram todas as autoridades, por aqui subindo todos os indígenas, por aqui sobe todo mundo, vai tá Boa Vista, chegou por aí” (ENTREVISTADO 6).

“Então, a migração do pessoal que forma a nossa terra, os migrantes nordestinos que afluíram para cá, que vieram para cá, que deixaram tudo e vieram aqui buscar uma vida nova, priorizando o trabalho e a família, ali que as embarcações estacionavam” (ENTREVISTADO 7).

O Porto do Cimento é descrito pelos participantes como a representação física da gênese de Boa Vista, uma vez que foi nesse espaço que aportaram as primeiras embarcações com os primeiros habitantes colonizadores, assim como as autoridades religiosas, os materiais de construção e os mantimentos que ocuparam o espaço próximo ao rio (Figura 5).



**Figura 5** – Vista aérea da cidade de Boa Vista, em 1924.  
Fonte: Acervo de Hamilton Rice, 1924.

O núcleo originário urbano de Boa Vista, no início do século XX, compreendeu um espaço limitado, porém com proximidade do Rio Branco para a utilização da água nas atividades diárias. As primeiras edificações residenciais e públicas estavam alocadas nessa região devido ao fácil acesso de controle das entradas e saídas no Porto do Cimento, configurando a dinâmica no entorno do ponto portuário.

Com as limitações naturais e físicas do Rio Branco para o trânsito de pessoas e mantimentos, novos modais foram necessários para que houvesse desenvolvimento pleno de Boa Vista. Dessa forma, alternativas como a ligação por terra para Manaus foram executadas viabilizando a construção da BR-174, e por via aérea com a construção do aeroporto internacional Atlas Brasil Cantanhede – tais novas alternativas tiraram a cidade do isolamento.

Os primeiros passos para a ligação Manaus-Boa Vista via terrestre tiveram a iniciativa dos beneditinos durante a década de 1930, através da concessão à Companhia Industrial do Rio Branco, do Mosteiro de São Bento. A empreiteira abriu um trecho de Boa Vista-Mucajaí, que se tornou intrafegável devido à falta de manutenção. Na década de 1940, a estrada chegou até Caracaraí através de esforços do Território do Rio Branco, no

tocante posterior a ligação de Caracará com Manaus, com a conclusão da obra da BR-174, que foi palco de guerra entre militares e indígenas, resultando em grandes perdas naturais e culturais (OLIVEIRA, 2007).

“O 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) abriu as estradas. Até Caracará era um caminho feito de terra” (ENTREVISTADO 3).

“As pessoas iam para lá e descarregar os batelões e descarregar os navios que estavam chegando. Então, para mim, é muito importante, e acho que o rio foi a primeira estrada a ligar Roraima o resto do Brasil. O porto de cimento mesmo foi parte integrante porque era ali que encostavam os motores maiores, que os pequeninhos encostavam em qualquer canto, né? Mas os grandes encostavam ali que ele tinha mais ou menos uma estrutura” (ENTREVISTADO 6).

“Com o advento da BR-174 na década de 70, então é o comércio passou a ser realizado, transportes através da BR. Uma primeira fase da abertura que foi feita a estrada ainda não asfaltada, mas depois com asfaltamento da cidade [...]. Porque o Rio Branco só tinha leve navegabilidade na época da chuva” (ENTREVISTADO 7).

Os entrevistados apontaram, durante a entrevista, o início das aberturas de estradas em Roraima, principalmente quando o Governo Militar interviu na engenharia de rodovias no Estado, possibilitando que as mercadorias, os bens de consumo e as pessoas tivessem outras alternativas de circulação, já que era limitada em relação ao uso exclusivo do rio como rota.

Com a construção das primeiras estradas pelos beneditinos foi possível, mesmo que incipientemente, o transporte rodoviário e a tração animal; contudo, não supria a necessidade do Território e, então, o transporte principal continuava sendo pelo rio. As duas estações definiam o tempo médio gasto para as embarcações chegarem aos destinos no trecho Manaus-Boa Vista: no inverno, a viagem era realizada em 5 dias, enquanto que no verão demorava-se cerca de 45 dias, o que tornava o transporte caro nessa estação (CAVALCANTI, 1946).

Como anteriormente citado, o rio foi importante para o transporte dos insumos que eram utilizados na cidade de Boa Vista, assim como das pessoas. No entanto, outras importâncias afetivas foram identificadas na população em relação ao corpo hídrico:

“O Rio Branco é muito importante. Nessa época de verão, por exemplo, eu lembro da gente descendo onde tem a casa da Petita. Eu, meus filhos, meus sobrinhos íamos tomar banho de manhã na maior tranquilidade daquela água limpa. Boa Vista era só aquilo, então a gente sente por que você utilizou aquilo, era como um presente, um local para recreação” (ENTREVISTADO 4).

“Muito importante! O Rio Branco deu tudo para gente, desde a gente pequenininha que toma banho, enfim, a água, tudo, porque ele já nos

proporcionou e continua proporcionando. Agora está um pouco descuidado, não tem zelo pelas pessoas, pelos banhistas. [...] A gente ia lavar roupa na beira do rio, a água também era do rio e ninguém nem ficava doente. Tinha um chafariz na cidade, mas se você fosse pegar água só chegava lá pelas, depois das 9 horas da noite. Ela ia chegar nas torneirinhas mais baixas e era lata d'água do rio na cabeça para trazer para casa, para fazer as coisas em casa, para lavar roupa, que eu lavei muita roupa naquele Rio Branco. Então, assim, me traz grandes recordações” (ENTREVISTADO 5).

“Muito, muito, em todos os sentidos, né? Eu acho que uma cidade que tem o Rio Branco tem tudo [...]. Hoje, sem dúvida, vem através da companhia de águas e esgotos, mas antes tudo era buscado e utilizado com a movimentação humana. Tomava-se banho, lavar sem roupa, trazia-se água para casa para beber, para molhar as plantas, para dar para os animais. O Rio Branco é tudo, é hoje é um rio extraordinário” (ENTREVISTADO 7).

É possível destacar, nas entrevistas, o lócus de encontro da comunidade, majoritariamente de mulheres e crianças, com a água coletada diretamente do rio, o que desempenhou papel vital para o consumo humano, para a criação de animais e plantas e para o lazer. Entretanto, observou-se desvinculação com o corpo hídrico devido as outras fontes de tratamento e captação de água do mesmo rio, uma vez que o contato indireto viabilizou a insensibilidade da importância do Rio Branco.

A formação de bairros ao longo da orla do Rio Branco que constituíram uma periferia no entorno do centro. Guerra (1957), Território Federal de Roraima (1987) e Rosa Filho (2018) corroboram com esta afirmação referindo que, durante a década de 1950, a cidade de Boa Vista era dividida em quatro bairros: Rói-couro (atualmente subdivida em bairros São Pedro e Centro), Calungá, Centro (basicamente formado pela rua comercial da Jaime Brasil) e Olaria.

“Sem dúvida é o primeiro bairro de Boa Vista. Nós tínhamos quatro bairros aqui: o centro Boa Vista, o bairro Caetano Filho bem próximo à orla (ali as famílias começaram a construir casas), o Bento Brasil, militar, patriarca da família Brasil construiu lá os imóveis, hoje reside em uma delas sua descendente, Petita Brasil [...] e temos um outro bairro surgindo chamado Rói couro, aqui na subida da Atento Brasil, muito pequeno, que deu origem depois ao bairro de São Pedro. Era essa limitação da cidade de Boa Vista” (ENTREVISTADO 7).

O Bairro da Olaria ficava localizado entre a Praça Barreto Leite e o Calungá, recebendo essa denominação devido as diversas olarias distribuídas na parte baixa da margem direita do Rio Branco. Posteriormente, o bairro foi chamado de Francisco Caetano Filho e de Beiral, e, mesmo com as intervenções do Plano Urbanístico de Darcy Derenusson pela nova cidade, o bairro expandiu o espaço desordenadamente, criando

vários problemas de ordem social, ambiental, infraestrutura e cultural (ROSA FILHO, 2018).

Entretanto, a economia gerada pela exploração mineral fez com que imigrantes fossem para Roraima, fazendo com que garimpeiros desistissem da atividade e migrassem para a cidade de Boa Vista em casas locadas no bairro do Beiral e, posteriormente, em instalações das olarias (FALCÃO; PINHEIRO; CUNHA, 2011).

“Olha, o Beiral, Homero Cruz fez um barracão, uma olaria. Fazia pote, tijolo, telha. Ali na beira do rio o pessoal foi chegando, fazendo uma casa, um boteco e o pessoal começou a chegar na beira do rio, e pescava” (ENTREVISTADO 8).

Bairro pouco populoso e com casas espaçadas, originou-se a partir da utilização do rio para a atividade de olaria, cujo uso e ocupação do solo nomeou primariamente o mesmo. Porém, devido ao aumento da circulação de pessoas por meio da movimentação econômica do transporte de materiais vindos de Manaus e da chegada de bois do interior para serem comercializados no Amazonas, na Venezuela e na Guiana, um conglomerado de pessoas, principalmente relacionadas ao comércio, formou o pacato espaço.

“Grandes empresários começaram aqui pelo Beiral, era bairro Francisco Caetano Filho e se tornou do tráfico de drogas. Foi lamentável! Agora, eu nunca deixei de ir na padaria comprar um pão na Taberna do Maranhão, comprar minhas coisas, tinha aqui também o seu Brandão, pessoa digna, pai da minha colega Nilce que era prima da Doutora Tânia Vasconcelos, a família Brandão, pessoas dignas, Gilberto. Havia um hotelzinho que chamava Casa Verde, que era sempre dos garimpeiros, era colônia dos pescadores, toda comunidade comprava peixe aqui no Beiral” (ENTREVISTADO 2).

“O crescimento do Beiral teve relação com o rio. Era onde eles viajaram para receber a mercadoria do Amazonas, também naquele porto [...] por exemplo, o senhor Nilo Brandão foi o primeiro comerciante, bem esquina, a filha dele era minha amiga, a Socorro. Lá vendia de tudo: tecidos, calçados, mercadoria boa” (ENTREVISTADO 5).

“Só tem! Se era ali que chegava todo mundo, na época que as moças iam para paquerar os meninos nos batelões, e aí surgiu o comércio [...] porque aquelas embarcações, elas trouxeram todas as mercadorias, traziam as pessoas que vinham para Boa Vista. Aqui veio ter avião em 1946. Antes disso, era tudo, todo mundo de barco. [...] O pessoal chegava e via o movimento, né? E muitas pessoas queriam comprar uma casinha” (ENTREVISTADO 6)

“Então, o bairro Caetano Filho, ele foi se destacando com a construção dessas casas, porque ali ficava muito próximo do movimento econômico da nova cidade, que era Boa Vista. [...] Atividade comercial basicamente uma espécie de vendas de gêneros de primeira necessidade. Era isso, gêneros de primeira necessidade! O pessoal aqui da região morava, na sua maioria, no interior. Nós éramos uma região rural, pouquinho gente na cidade e as grandes famílias de imigrantes no interior. Então, pessoal produzia lá para sua subsistência e vinha complementar as suas necessidades aqui em Boa Vista...gêneros de primeira

necessidade, a venda do café, do açúcar, do querosene, que era importante para iluminação, e o tabaco” (ENTREVISTADO 7).

Evidencia-se, então, o crescimento urbano nesse espaço em função do movimento econômico proporcionado pelo Rio Branco, sendo o segundo fator da participação do rio para o desenvolvimento de Boa Vista, formando, assim, uma comunidade que dependia da água para o comércio funcionar. Falcão, Pinheiro e Cunha (2011) relatam que as atividades de criação de gado, a agricultura de subsistência e a pesca possuem relação com o Rio Branco, entre as décadas de 30 e 40 do século XX.

A pesca serviu, portanto, de base econômica para a população do Bairro da Olaria, o que resultou na criação da Associação de Pescadores e no Mercado do Peixe, que era o único espaço que vendia o pescado oferecido para população.

“Tínhamos uma tia que morava ali e, na época do inverno, a gente visitava muito e o rio teve toda importância porque eles viviam da pesca, eles vendiam peixe, tinha um mercado do peixe” (ENTREVISTADO 1).

“As pescas, né? Tudo saía do rio. Naquela época, não tinha água encanada aqui, então a serventia era o rio mesmo, para tomar banho, lavar roupa, tirar água para beber, tudo de lá. [...] Os peixeiros que vendiam o peixe e a gente comprava. Naquele tempo não tinha por aqui, era só lá” (ENTREVISTADO 3).

“Os pescadores antigos paravam as suas canoas ali, agora eles têm a própria classe, tem todas as reuniões, o trabalho deles é modernizado” (ENTREVISTADO 5).

“Eu lembro que o pessoal do Beiral vivia de pesca” (ENTREVISTADO 8).

Os moradores do bairro Olaria, do Beiral ou Caetano Filho, dependiam do rio para a venda de peixes, uma vez que viviam exclusivamente da pesca, evidenciando, assim, a utilidade do rio para a movimentação econômica de subsistência e para o abastecimento da cidade que, devido a escassa circulação de mercadoria, comprava os peixes desses moradores.

### **Considerações finais**

As cidades e os rios amazônicos estão relacionados com o desenvolvimento humano, econômico e urbano na região. Com as impressões das ocupações no espaço foram formados os núcleos originários urbanos representativos da cultura e da identidade local, evidenciando o processo histórico e cultural da sociedade. Portanto, as intervenções realizadas durante a existência do assentamento conectam as construções humanas e a



natureza, interligando e criando paisagens vivenciadas pelas mesmas comunidades, o que possibilita que laços afetivos sejam criados representando a memória e a identidade local.

Foi compreendido que o Rio Branco foi importante nos diversos aspectos presentes no cotidiano da população, desde a gênese da ocupação europeia e nordestina com a implantação do Forte de São Joaquim, destacou-se por ser o único acesso para o transporte de pessoas, animais, suprimentos e materiais; conseqüentemente, a comunidade dependeu do rio para provimento alimentar e circulação econômica na região. Antes do povoamento lusitano, os indígenas utilizavam-se do corpo hídrico para pesca, lazer e consumo, o mesmo valendo para os novos moradores.

O Rio Branco, frente as múltiplas faces do desenvolvimento econômico e das utilizações diárias pela comunidade, não se delimitou apenas como um cais, mas como uma unidade para a sociabilidade. Isso ocorreu devido aos usos do rio nas tarefas domésticas, em que o indivíduo ia lavar roupas e louças às margens do rio, assim como por ser um espaço para a recreação, para os banhos e piqueniques, tornando-se um ponto de encontro para todos.

Em estudo sobre o núcleo originário urbano de Boa Vista evidenciou-se a relação cidade-rio de dependência com a água, sendo a única via de transporte, meio de subsistência e lazer para a população que vivia as margens do rio. Sendo assim, marcos arquitetônicos e culturais foram implantados para o auxílio do desenvolvimento dos assentados que, porventura, sobreviveram às ações do tempo, às intempéries e aos desgastes estruturais.

Portanto, foram modificadas as utilizações do Rio Branco de acordo com as necessidades da sociedade, beneficiando a comunidade para a permanência humana na região. Sendo assim, a importância ainda é percebida na contemporaneidade, contudo as novas intervenções urbanísticas e arquitetônicas impactaram o espaço no que tange às vivências e sociabilidades.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAILEY, K. *Methods of social research*. 2. ed. Nova Iorque: Free Press, 1982.

BARBOSA, R.; FERREIRA, E. Historiografia das expedições científicas e exploratórias do Vale do rio branco. In: BARBOSA, R.; FERREIRA, E.; CASTELLÓN, E. (eds.). *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997. p. 193-216.

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BUENO, L.; DIAS, A. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 119-147, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000100119](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100119). Acesso em: 26 jun. 2019.
- CARVALHO, T.; MORAIS, R. Aspectos hidrogeomorfológicos do sistema fluvial do baixo rio Uraricoera e alto Rio Branco como subsídio à gestão de terras. *Geografia Artigos Científicos*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 118-135, 2014.
- CAVALCANTI, A. *Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rodrigues & Cia., 1946.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- COSTA, G. As cidades Amazônicas na América portuguesa. *Revista EXAMÃPAKU*, Boa Vista, v. 7, n. 2, p. 18-40, 2014.
- COSTA, G. Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira. Tese (Pós-doutorado - IREL/UnB) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2015.
- COSTA, G. A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. *Revista Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 116-133, 2016.
- COY, M. A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina. *Confins* (online), v. 18, n. 5, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8384?lang=pt>. Acesso em: 9 de maio de 2019.
- FALCÃO, M.; PINHEIRO, M.; CUNHA, P. O direito ambiental versus sociedade de risco: um estudo de caso do bairro Francisco Caetano Filho em Boa Vista - Roraima. *Revista Norte Científico*, Boa Vista, v. 6, n. 1, p. 125-142, 2011.
- FERRARI, C. *Dicionário de Urbanismo*. São Paulo: DISAL, 2004.
- GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- GUERRA, A. T. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100015&script=sci_arttext). Acesso em: 20 jun. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MACAGGI, N. *A mulher do garimpo: romance do extremo sertão norte do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1976.

MACHADO, J. *Tapajós: o baixo Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

MOTTA, M. História e Memória. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 30, n. 47, p. 179-199, set./dez. 2016.

NASCIMENTO, L. C. N. et al. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 71, n. 1, p. 243-248, 2018.

NASCIMENTO, C. et al. Caracará e o olhar de Sergio Bernardes sobre Roraima. **Revista Amazônia Moderna**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 84-105, 2018.

NUNES, D.; TRINDADE JUNIOR, S. (Sobre)vivências ribeirinha na orla fluvial de Marabá- Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 15, n. 1, p. 209-238, 2012.

OLIVEIRA, R. As transformações na organização especial no Estado de Roraima: uma conversa inicial a partir de BR-174. **Revista Acta Geográfica**, Campo Grande, v. 1, p. 45-65, 2007.

ROSA FILHO, A. **Requalificação da área central e intervenções urbanas da cidade de Boa Vista – RR**. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2018.

SANDER, C.; GASPARETTO, N.; SANTOS, M. Variações da carga sedimentar de fundo e morfologia dos perfis transversais batimétricos no trecho inferior da bacia do Alto Rio Branco, Roraima. **Revista Geográfica Acadêmica**, Boa Vista, v. 2, n. 1, p. 130-145, 2015.

SILVA, P. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima-Brasil**. São Paulo: 2007. 113 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2007.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. **Série Monográfica**: Município de Boa Vista. Imprensa Oficial: Boa Vista, 1987.

TRINDADE JUNIOR, S. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do Território, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 135-151, 2011.

TRINDADE JUNIOR, S. et al. Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do Rio Tocantins. **Acta Geográfica**, ed. esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 117-133, 2011.

TUAN, Y. **Topophilia**: a study of environmental perception, attitudes, and values. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUZZO, S.; BRAGA, C. O processo da triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista pesquisa qualitativa**. São Paulo, v.4, n.5, p.140-158. 2016.